



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 081

69ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 05

Indicação 06

Requerimentos 06

Projetos de Lei 16

Grande Expediente:

Homenagem aos 60 anos da Eletrofrío

Proponente:

Dep. Hermas Brandão 19

Homenagem 19

Orador:

Sr. Antonio Paulatti - Presidente 19

Encerramento 20

Pequeno Expediente:

Dep. Elza Correia20

Dep. José Domingos Scarpellini21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini22

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi23

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente24

Discussão / Votação:

Redação Final25

2ª Discussão25

1ª Discussão25

Discussão Única (Proposições)..31

Requerimentos33

Encerramento da Sessão33

Publicações:

Atas de Comissão

Finanças34

DIÁRIO Nº 081

69ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

07 DE AGOSTO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Her-

mes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Rafael Greca e Waldir Leite (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 053/06

Curitiba, 02 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.231, de 27 de novembro de 2003 (Lei de definição de critérios para escolha de Diretores e Diretores Auxiliares, da Rede Estadual de Educação, mediante consulta à Comunidade Escolar).

Não é novidade para ninguém que a educação é a base para o desenvolvimento da Nação. Nesse sentido, reiteradas são as declarações das mais influentes personalidades de que, para garantir-se seu desenvolvimento, é necessário investir na Educação.

A educação é “direito de todos e dever do Estado e da família...” segundo as disposições do artigo 205 da Constituição Federal de 1988. A Educação e o aprendizado se dão através de trocas de experiências com vista à soma de conhecimento que torna o homem apto a desenvolver-se física, moral e intelectualmente.

Tendo isso em mente e como meta a plenitude do estado democrático, o Executivo propôs e viu promulgada a Lei nº 14231/03, de 27 de novembro de 2003, que definiu os critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, dos Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual da Educação Básica do nosso Estado.

Entre outras disposições, esse diploma legal prevê que a duração do mandato dos Diretores e Diretores Auxiliares é de 02 (dois) anos, o que, na prática, está se mostrando exíguo para que se possa executar, a contento, o Plano de Ação traçado pelo Diretor e Diretor Auxiliar.

Assim, o presente projeto de lei visa alterar alguns dispositivos do referido diploma, quais sejam, a ampliação do mandato de Diretores e Diretores Auxiliares das escolas da rede pública estadual, designados pelo Secretário da Educação, com base no resultado do processo de escolha delegado à comunidade escolar através da citada legislação, bem como à alteração de nomenclatura de cargos em razão da vigência da Lei Complementar nº 103/04 que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor de Educação Básica do Estado do Paraná, e ainda a extinção do vínculo celetista de professores e assistentes administrativos da rede estadual.

A alteração de duração do mandato, prevista no artigo 3º da Lei 14231/04, de 2 (dois) anos para 3 (três) anos justifica-se, pois ao assumir a direção de um estabelecimento o eleito precisa de tempo para tomar conhecimento de toda parte burocrática e administrativa da escola, para entrosamento com a equipe de trabalho e, para o conhecimento dos docentes, discentes, funcionários e comunidade escolar como um todo. Somente então estará em condições de colocar em prática seu Plano de Ação.

Diante disso, propõe-se a mudança do mandato de dois para três anos para que o Plano de Ação possa ser aplicado de forma a fortalecer a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, além do conhecimento da comunidade interna e externa.

Outra alteração pretendida, é necessária para que o diploma legal se ajuste à Lei Complementar nº 103/04 que criou o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento, onde o termo “especialista” deixou de existir no Quadro Próprio do Magistério, passando a figurar o termo “professor”.

Neste sentido toda referência a *especialista da educação* deve ser substituída por *professor*, conforme proposta feita no artigo 2º que altera o artigo 4º e no 3º que altera o artigo 5º.

Esclareça-se que nessa alteração do termo “especialista” para “professor” a Comissão de Eleição passar a ser composta por quatro professores no lugar de dois, sendo dois de sala de aula e dois da equipe pedagógica.

No artigo 4º propõe-se a alteração do artigo 8º devido a inconstitucionalidade dos contratos celebrados sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, e conhecidos nesta Pasta como TF 57, TF 58 e Clad, cujos contratos, declarados nulos pela súmula do Enunciado 363 do STJ, foram motivo para a dispensa desses empregados em 31 de dezembro de 2005; a nova redação do referido artigo exclui esses vínculos na Consulta à Comunidade Escolar por inexistentes.

O artigo 5º pretende a alteração do artigo 15 quanto a duração do mandato para 3 (três) anos pelos motivos acima justificados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 3º, *caput*, da Lei nº 14.231/03, de 27 de novembro de 2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º A consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares será realizada de 3 (três) em 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da comunidade escolar aptos a votar, sendo vedado o voto por representação.”

Art. 2º O artigo 4º, da Lei nº 14.231/03, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Estão aptos a votar os seguintes segmentos dos estabelecimentos de ensino:

I - professores;

II - funcionários;

III - responsável perante a escola, pelo aluno menor de 16 anos, não votante;

IV - alunos matriculados no Ensino Médio e Educação Profissional;

V - alunos com, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos completos, até a data da consulta, matriculados no Ensino Fundamental.

Parágrafo Único. Nos estabelecimentos de ensino referidos no parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 14.231/03, são aptos a votar os professores e funcionários.”

Art. 3º O artigo 5º, da Lei nº 14.231/03, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Haverá em cada estabelecimento de ensino uma Comissão Eleitoral, composta por dois representantes do segmentos de representantes legais dos alunos, quatro de professores, sendo dois da equipe pedagógica e dois docentes, dois de funcionários e dois de alunos, eleitos por seus pares, em assembleias convocadas pela direção, especificamente para este fim.”

Art. 4º O artigo 8º, inciso I, da Lei nº 14.231/03, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 8º São requisitos para o registro da chapa:

I - pertencer ao Quadro Próprio do Magistério, ao Quadro Único de Pessoal ou ao Quadro Próprio do Poder Executivo.”

Art. 5º O artigo 15, da Lei nº 14.231/03, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 15. A gestão de Diretor e Diretor Auxiliar será de 3 (três) anos, com início no primeiro dia útil do

ano civil subsequente, sendo admitidas duas reconduções consecutivas.”

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 230 a 233/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

722/05: de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe que garrações de água reutilizáveis poderão ser usados por empresas concorrentes, independentemente da marca gravada pela empresa titular do recipiente e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.227. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/06: de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui as disciplinas de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 15.228. **Anote-se - Arquivo-se.**

747/05: de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos ao artigo 141 da Constituição Estadual, o qual foi convertido em Lei nº 15.229. **Anote-se - Arquivo-se.**

139/06: de autoria do Deputado Ailton Araújo, que autoriza o Poder Executivo instituir campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo, o qual foi convertido em Lei nº 15.230. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/219/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar os dispositivos vetados contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/220/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/221/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/222/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Depu-

tado Alexandre Curi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/223/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/224/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 149/06, de autoria do Deputado André Vargas, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/225/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/226/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/227/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 235/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/228/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 097/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/229/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 296/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/234/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 276/06, do Sr. Nestor Celso Imthon Bueno - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Altera-

ções da Despesa, ocorridas no 2º trimestre de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 555/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, para garantir execução de programas do PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme abaixo:

- Nº 10430379/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.165,20 - pagamento de Queimados.
- Nº 10430359/MS/SE/FNS - valor de R\$ 206.110,95 - pagamento de Neurocirurgia.
- Nº 10298959/MS/SE/FNS - valor de R\$ 133.150,00 - pagamento de Humanização do Parto.
- Nº 10298951/MS/SE/FNS - valor de R\$ 41.923,24 - pagamento de Acompanhamento Pós-Transplante.
- Nº 10298949/MS/SE/FNS - valor de R\$ 159.070,70 - pagamento de Acompanhamento de Saúde Mental.
- Nº 10298972/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.160.600,00 - pagamento de Formação Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde.
- Nº 10298979/MS/SE/FNS - valor de R\$ 85.274,91 - pagamento de Angioplastia Endovascular.
- Nº 10298955/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.080,85 - pagamento de Assistência Domiciliar.
- Nº 10314404/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.172,40 - pagamento de Assistência Domiciliar.
- Nº 10314408/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.114.195,05 - pagamento de Acompanhamento de Paciente.
- Nº 10314407/MS/SE/FNS - valor de R\$ 175.761,60 - pagamento de Acompanhamento de Saúde.
- Nº 10314397/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.970,16 - pagamento de Psicodiagnóstico.
- Nº 10314395/MS/SE/FNS - valor de R\$ 33.532,55 - pagamento de Terapia e Psicoterapia.
- Nº 10430437/MS/SE/FNS - valor de R\$ 101.200,00 - pagamento de Centros de Especialidades Odontológicas.
- Nº 10430342/MS/SE/FNS - valor de R\$ 103.252,68 - pagamento de Angioplastia Endovascular.
- Nº 10430353/MS/SE/FNS - valor de R\$ 94.606,51 - pagamento de Gastroplastia.
- Nº 10387046/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 - pagamento de Incentivo para Estabelecimentos de Parcerias com as OSC.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 2135/06, do Sr. Joélcio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre “Andamento das Obras na Quadra Esportiva do Colégio Estadual Teothonio Brandão Vilela - Ibi-porã”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1491/06, do Sr. Carlos Manuel dos Santos - Secretário de Estado em exercício da Saúde, em resposta ao Pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre “Servidor Francisco Eugênio Alves de Souza”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1492/06, do Sr. Carlos Manuel dos Santos - Secretário de Estado em exercício da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre “Investimentos na área de Saúde”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 364/06, do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre “Inclusão ou não no Orçamento/2006 das Obras Asfálticas na Zona Rural de Londrina”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 651/06, do Sr. Newton Pohl Ribas - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre “Caminhão Pipa, para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sertãoópolis”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1783/06, do Sr. Joélcio Luiz Kloss - Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre “Reforma realizada no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Foz do Iguaçu”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1052/06, do Sr. Paulo Roberto Trompczynski - Diretor de Finanças da Copel, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre “Sercomtel Celular S.A.”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 356/06, do Sr. Luiz Dernizo Caron - Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Barbosa

Neto, que pede esclarecimentos sobre “Recuperação da Ponte em Santa Cecília do Pavão”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1002/06, do Sr. Rubens Ghilardi - Diretor-Presidente da Copel, em resposta ao pedido de Informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre “Contratos e Aditivos Celebrados entre Copel e Pinheiro Neto Advogados”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, vem indicar o Deputado Ângelo Vanhoni, como titular e o Deputado Hermes Fonseca, como suplente, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição Estadual, que irá opinar sobre a Proposição nº 53/06, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao *caput* do artigo 185 e inclui artigo 60, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, em 07.08.2006.

(a) ÂNGELO VANHONI

Líder da Bancada do PT

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 372/03, que tinha por objetivo declarar de Utilidade Pública entidade com sede em nosso Estado, mas que foi apresentado sem as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs

25, 45, 56, 64, 92, 96, 107, 110, 146, 158, 184, 200, 205, 239, 240, 290, 314 e 321/06.

São proposições que tinham por objetivo declarar entidades de Utilidade Pública, mas foram apresentadas sem as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 645/05, que institui “filosofia” como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 44, 45, 79, 93, 165, 213, 214, 215, 216, 278, 334, 408, 414, 564, 580, 627, 646, 722/2003; 105, 142, 211, 212, 268, 294, 310, 311, 312, 341, 346, 375, 393, 428, 479, 491/04; 04, 13, 30, 34, 37, 86, 108, 119, 197, 199, 252, 290, 313, 333, 380, 421, 452, 453, 466, 467, 475, 529, 531, 534, 576, 581, 643, 649, 650, 656, 661, 662, 739, 742, 762, 763, 764 e 795/05.

São proposições que objetivam declarar de Utilidade Pública mas que não estão com as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 644/05, item 07, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 10 e 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock dirige-se a V. Exa. para REQUERER o seguinte:

Requer que seja dada autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 23 (vinte e três dias) a partir de 07 de agosto de 2006, em função de prorrogação de tratamento médico, em conformidade com o artigo 65 parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Fagundes Barnabé.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Lopes de Menezes.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sra. Fadua Jabur.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Rossi.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jerônimo Mion, ocorrido em 1º/07 do corrente.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lúcia Baio Pinheiro, aos 70 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dante Alberto Annibelli, aos 72 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Célia Maria Batista, aos 59 anos de idade.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Tadeu Miller, aos 45 anos de idade.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olímpio Zanone, aos 85 anos de idade.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Doneda, aos 70 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Enio Ernesto Pilatti, ocorrido no dia 30.07.06, na cidade de Bom Sucesso do Sul/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Rita Nuemberg Pilatti, residente na Rua João Baggio s/n, Centro, CEP: 85.515-000 - Bom Sucesso do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Enio Ernesto Pilatti, tornou-se um homem conhecido e estimado pela população de Bom Sucesso do Sul, principalmente por seu amor ao próximo e atuação política.

Contribuiu muitos anos com desenvolvimento do município. Por esse motivo, sua partida deixa saudades irreparáveis não só nos familiares, mas também nos muitos amigos que conquistou em sua caminhada.

Que Deus console os corações de sua esposa Rita e de seu filho Rafael nesse momento de dor.

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Theresa Ângela Bernart, ocorrido em 22 de julho, na cidade de Catanduvas.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho o Sr. Aldoir Bernart, enviando correspondência à Rua Dom Pedro Segundo, 763, CEP: 85.470-000 - Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Theresa foi profundamente sentido, não só pelos familiares, mas por todos que a conheciam.

Sabemos que a partida de um ente querido causa grande sofrimento aos que ficam, entretanto, através da nossa fé cristã, acreditamos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que a vida não cessa com a morte, apenas encerra uma etapa da nossa missão. Significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em Sua morada divina.

Neste momento difícil para toda a família Bernart, envio meus profundos sentimentos, rogando a Deus que proporcione todo o amparo e conforto necessário.

Por sua vez, esta Casa de Leis, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de enviar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Hilário Laurindo Sandri, ocorrido no dia 24 de julho do corrente, no Município de Guaraniáçu-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Ivonete Sandri, enviando correspondência à Rua Carlos Gomes, 30, CEP: 85.400-000 - Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A dor e a tristeza da perda se instalam no coração de familiares e amigos. A morte, um dos mistérios de Deus, retira da nossa convivência pessoas que nos fazem bem, pessoas com as quais convivemos diariamente, pessoas que amamos.

Quando as dúvidas e incertezas começam a nos confundir, devemos perseverar na fé e acreditar que para tudo existe um propósito divino, muitas vezes desconhecidos pela nossa frágil condição humana.

Homem conhecido e muito querido pela população devido aos muitos anos que se dedicou ao comércio, Hilário Laurindo Sandri, deixa esposa e três filhos.

Que Deus, no seu amor infinito, receba Hilário Laurindo Sandri em Sua morada eterna e console o coração de todos os que sofrem com sua partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentares, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Sebastião Pareja Linares, ocorrido no

último dia 01 de agosto, na cidade de Guaratuba, vítima de acidente, deixando esposa, filhos e netos.

Sebastião Pareja foi morador de Apucarana por muitos anos, onde foi Vereador, na gestão de 1972 a 1976, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Apucarana e considerado como um de seus melhores homens públicos que por lá passou.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Sr. Sebastião Pareja Linares, e une-se à comunidade de Guaratuba e Apucarana, nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Soldado PM Bombeiro, ocorrido dia 07 de julho, na cidade de Apucarana, onde era bombeiro e reconhecido pela sociedade como um combatente e defensor da vida, que morreu em conseqüências do trabalho, deixando esposa e dois filhos.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Soldado Carlos Roberto Casanje, e une-se à corporação do Corpo de Bombeiros de Apucarana nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata do Trabalho da Sessão de hoje, voto de congratulações à Arquidiocese de Londrina, pela posse do novo Arcebispo Dom Orlando Brandes.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Alves dos Santos e Leonilda Alves dos Santos que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer os vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminado suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Sr. Marcos Aurélio Falleiro, de Maringá, pela sua consagração como o Empresário do Ano 2006.

Marcos Aurélio Falleiro nasceu em Mandaguaçu. É casado com dona Márcia de Lessa Falleiro, há 16 anos, sendo pai de 2 filhos: uma menina de 12 anos e um garoto de 7 anos. Coursou Administração de Empresas em 1986 na UEM, não concluindo o curso pela dedicação que teve com sua empresa, não lhe sobrando tempo para a conclusão.

É conselheiro fundador do SICOOB em Maringá e da Central Paraná. É Diretor do SINDVEST e Conselheiro da FIEP na região de Maringá.

Como empresário levou sua empresa a um faturamento bruto anual de 28 milhões de reais em 2002; 38 milhões de reais em 2003; 51 milhões de reais em 2004; 80 milhões de reais em 2005, tendo uma previsão de 100 milhões de reais para 2006.

O Grupo M.A. Malleiros é uma fonte geradora de 1000 (mil) postos de trabalho diretos e mais de 500 (quinhentos) indiretos, somando mais de 1.500 postos de trabalho. O Grupo liderado por Marcos Aurélio Falleiros, atua no setor de confecções têxteis, moda, transporte e esportes. Nos esportes é um dos principais acionistas do Galo Maringá, equipe de futebol que ostenta o título de campeão da Série Prata do Campeonato Paranaense, já no primeiro ano de atuação faz parte do seleto grupo da 1ª Divisão de Profissionais.

Atua na área social construindo em 1994 a creche Anjo da Guarda no Conjunto Requião, atendendo 250 crianças, sob a presidência de sua esposa Márcia.

Criou a fundação Lado Averso de apoio aos portadores de câncer e contribui sistematicamente com projetos mantidos pelas Igrejas Católica e Evangélica.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Grupo Wakaba, pela conquista de campeão da categoria juvenil, do 4º Festival Yosakoi Soran Brasil, realizado no último dia 30/07/06, em São Paulo.

O Grupo Wakaba da Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, com 37 integrantes foi o grande vencedor da categoria juvenil, do 4º Festival Yosakoi Soran Brasil, considerado o maior festival de dança contemporânea japonesa, fora do Japão.

Pelo quarto ano consecutivo, o festival de dança japonesa une tradição e modernidade, com apresentações de 13 grupos de diversas cidades como: São Paulo, Bastos (SP), Biritiba (SP), Mogi Mirim (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), Londrina (PR) e Dourados (MS).

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Grupo Sansey, pela conquista do Grand Prix, premiação máxima do 4º Festival Yosakoi Soran Brasil, realizado no último dia 30/07/06, em São Paulo.

O Grupo Sansey Cultural e Beneficente de Londrina, com 30 integrantes foi o grande vencedor do Grand Prix, título máximo, por dois anos consecutivos, do 4º Festival Yosakoi Soran Brasil, considerado o maior festival de dança contemporânea japonesa, fora do Japão.

O festival aconteceu dia 30 de julho, no Teatro Via Funchal, em São Paulo.

Pelo quarto ano consecutivo, o festival de dança japonesa une tradição e modernidade, com apresentações de 13 grupos de diversas cidades como: São Paulo, Bastos (SP), Biritiba (SP), Mogi Mirim (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), Londrina (PR) e Dourados (MS).

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Mirislan Douglas Scheffel, alusivos aos seus 25 anos de pastorado, pela passagem de seus 59 anos de idade e comemoração dos 53 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Hauer.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Aristides Vieira, alusivos aos seus 20 anos de pastorado e pela passagem de seus 56 anos de idade.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja enviado voto de congratulações a Dom Jaime Luiz Coelho, em razão da comemoração do respectivo aniversário de 90 anos, em 29 de julho.

Nascido em Franca, Estado de São Paulo, oitavo filho entre 14 irmãos da sua saudosa mãe, Dona Guilhermina. Dom Jaime faz parte da história do catolicismo do interior do Paraná.

Foi nomeado Bispo da Diocese de Maringá pelo Papa Pio XII e chegou em Maringá no dia 24 de março de 1957. Foi ordenado padre aos 25 anos de idade, na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto/SP, no dia 07 de dezembro de 1941. Exerceu, por 15 anos, o Sacerdócio nessa paróquia.

Em 03 de dezembro de 1956 recebeu carta do Papa Pio XII elegendo-o 1º Bispo Diocesano da nova Diocese de Maringá, que foi criada em 1º de fevereiro de 1956. Foi sagrado Bispo em 20 de janeiro de 1957, na Catedral de Ribeirão Preto.

Em 16 de outubro de 1979, o Papa João Paulo II criou a Província Eclesiástica de Maringá, desmembrada da Província Eclesiástica de Londrina.

Dom Jaime foi o 1º Arcebispo de Maringá.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, Exa. Sra. Maria Alice Nascimento Souza, em razão da posse no cargo, ocorrida no dia 03 de agosto de 2006, em Brasília, por ato do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Exmo. Sr. Hélio Derenne.

A Inspetora Maria Alice Nascimento Souza é a primeira mulher a ocupar esse posto no Brasil desde a criação da Polícia Rodoviária Federal, em julho de 1928, pelo Presidente Washington Luís.

Maria Alice é natural de Foz do Iguaçu, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná na PRF em 1984, através de concurso público. Dois anos depois se tornou a primeira mulher motociclista da PRF.

Ao longo dos 22 anos de carreira na PRF, a inspetora exerceu as funções de Chefe de Ensino, Recrutamento e Seleção, Chefe de Seção de Ensino e Disciplina e Chefe do Setor de Comunicação Social da Superintendência do Paraná, cargo que ocupou até a nomeação no cargo de Superintendente

A Superintendência é responsável por atos administrativos e operacionais, respondendo por despesas, manutenção, planejamento operacional, lotação de pessoal, escala de serviço e demais atos necessários ao bom funcionamento da unidade dos patrulheiros¹.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à Inspectora Maria Alice Nascimento Souza, que na data de 03 de agosto do corrente, foi empossada no cargo de Superintendente Regional do Paraná da Polícia Rodoviária Federal, sendo a primeira mulher a ocupar este posto desde julho de 1928.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de expediente à Sra. Maria Alice Nascimento Souza.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Maria Alice é natural de Foz do Iguaçu, graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Paraná e ingressou na PRF em 1984, por meio de concurso público. Dois anos depois, se tornou a primeira mulher motociclista da PRF.

A Superintendência Regional é responsável por todos os atos administrativos e operacionais da Polícia Rodoviária Federal nos Estados da Federação.

Em data de 03/08/06, a inspetora Maria Alice Nascimento Souza foi empossada no cargo de Superinten-

dente Regional do Paraná da Polícia Rodoviária Federal, sendo a primeira mulher a ocupar este posto desde a criação da PRF, em julho de 1928, pelo Presidente Washington Luís.

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ariel de Oliveira Rosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Rosineide dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Neide Martine-lli dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Nauzira Batista da Silva.

1.Fonte: Jornal Tribuna do Norte - Cidades - Fl. 10, de 30.08.06.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Clarice de Paula Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Malvina Alves dos Santos. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Terezinha Machado dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria José Bezerra Carvalho.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Valdeane dos Santos Camilo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Iraci Marques da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria da Glória dos Santos. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maristela Torres de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - 9ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre - Paraná, solicitando a construção de uma trincheira ou viaduto no Km 90+200m da BR-116 Sul, a cerca de 2,6Km do trevo da BR-277 (Curitiba-Paranaguá), sentido Piraquara, no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando solicitação do Professor Alessandro José Andujar, residente em Maringá e Professor de Língua Espanhola, conforme segue e-mail em anexo.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando a reintegração dos policiais militares Moisés Antônio Pires de Souza e Mauro Araújo Borges, conforme segue carta escrita a próprio punho em anexo.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Parana Previdência, Sr. José Maria de Paula Correia, solicitando informações quanto a aposentadoria do

Sr. Manoel dos Santos, conforme segue documento em anexo.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor da Brasil Telecom Filial Paraná, Sr. Almilcar Pizetta Marques, solicitando a instalação de telefone público em frente ao estabelecimento comercial, denominado Churrascaria Nossa Sra. Aparecida, na localidade de Caetano Mendes - à margem da BR-376 - Km 410, município de Tibagi-PR, conforme segue abaixo-assinado da população local.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando que seja verificada a transferência do Agente Penitenciário Erico Luiz Louro, RG. 6.052.881-0 SS/PR, lotado na Penitenciária Estadual de Cascavel para a Penitenciária Estadual de Londrina, conforme segue argumentação em anexo.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando especial atenção ao Of. 40/06, emitido pela Escola Rural Municipal Arnaldo Busato.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, informando o drama que os cidadãos estão vivendo devido a precariedade do sistema de saúde em Londrina, principalmente no Hospital Universitário.

Informamos que a Sra. Maria de Jesus Rodrigues, faleceu aos 74 anos, por falência múltipla dos órgãos, depois de passar 58 dias internada no hospital e 28 dias somente na UTI. Durante este tempo, os familiares cons-

tataram a falta de médicos especializados, além da insatisfação dos docentes e residentes que lá atuam, que não querem mais permanecer no Hospital Universitário em função das precárias condições de trabalho.

Solicitamos também o envio de uma cópia do expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja encaminhado correspondência ao Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia, Exmo. Sr. Rubens Ghilardi, solicitando do mesmo atendimento à comunidade rural do Salso, Distrito de Lagoa Verde, localizado no município de Quitandinha, conforme reivindicação anexa.

A referida comunidade, localizada a quatro quilômetros do município de Quitandinha, vem pedindo a extensão de rede de energia elétrica para as onze famílias residentes no local.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao Sr. Promotor do Ministério Público do Meio Ambiente de Apucarana, Exmo. Sr. Dr. Márcio Pinheiro Dantas Motta, Relatório da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor, dando conta do resultado das análises do Tecpar declarando que não há contaminação por chumbo nos frutos (mangas) colhidos em pomar popular de Apucarana, motivo de Ação Popular nº 365/06.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor recebeu do Laboratório Tecpar, relatório elaborado pela Divisão de Análises e Ensaios Tecnológicos, o Relatório de Ensaios nº 06007461, onde conclui que os frutos de mangueiras colhidos no dia 23/07/06, às margens da Rodovia BR-369, altura do Km 206/208, após análise deste departamento, não foi detectada nenhuma contaminação do fruto por chumbo, motivo da Ação Popular nº 365/06 movida contra o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a Prefeitura Municipal de Apucarana, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e Viapar, por corte irregular que dizimou um pomar popular de mangas naquela localidade.

Nesse sentido encaminha relatório ao Exmo. Sr. Promotor Dr. Márcio Pinheiro Dantas Motta, com cópias

do referido Relatório Técnico do Laboratório Tecpar, para que seja juntado à Ação Popular nº 365/06.

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando informações quanto a possibilidade de o Estado auxiliar o Grupo de Jovens Ágape, que tem um trabalho muito reconhecido, conforme segue projeto em anexo.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando a transferência da Sra. Sandra Nadja Camacho. Vale ressaltar que esta senhora, conforme segue documento em anexo, está lotada na área da Educação, atuando como técnica administrativa no Colégio Estadual Nossa Senhora de Lourdes e na Escola Estadual do Conjunto Habitacional Farid Libos, desde fevereiro do ano corrente, mas não consegue se adaptar com o trabalho na área da educação. Solicitamos, portanto, que seja verificada a possibilidade de a mesma conseguir transferência para outra área dentro da Administração Estadual.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitando informações quanto à negociação do reajuste salarial dos professores do Ensino Superior Público, conforme segue documento emitido pela Câmara Municipal de Londrina.

Solicitamos também o envio de uma cópia do expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de

Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando explicações sobre as denúncias ocorridas dentro da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações e o resultado do recurso apresentado pelos Servidores Assistentes Administrativos do Estado do Paraná, que foram demitidos em dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações quanto ao não pagamento do abono de representação, no valor de um soldo aos 28 policiais militares de Londrina que foram voluntários para trabalhar na Operação Final de Ano. Segue em anexo maiores informações através do Ofício nº 49, emitido pelo Movimento das Esposas dos Policiais Militares de Londrina e Região.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 392/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, com sede e foro no município de Terra Roxa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, situada na Rua Governador Parigot de Souza, 194 - Terra Roxa, fundada em 30 de agosto de 2003, sem fins lucrativos, tem por objetivo e princípio básico fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores orgânicos de Terra Roxa.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 022, de 03 de maio de 2005.

Face às características e posturas referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 393/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Marcos Antonio Laffranchi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Marco Antonio Laffranchi, nascido em São Paulo, formado em Medicina Física e de Reabilitação pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, professor licenciado em Educação Física pela Escola Física da Universidade de São Paulo, é fundador e Diretor-Presidente da União Norte do Paraná de Ensino Ltda., mantenedora da Universidade Norte do Paraná - Unopar, onde ocupa também o cargo de Chanceler.

Dentre suas muitas atividades destacamos a fundação do Sistema de Ensino Presencial Conectado, sistema inédito de ensino à distância, fundação do Centro Educacional Rural - Unopar, fundação do Laboratório de Imunogenética Animal (um dos mais importantes do sul do país). Mantenedor e patrocinador da Seleção Brasileira de Ginástica Rítmica (até 2004).

Atuou como diretor da Autarquia Municipal de Esportes e Turismo de Londrina, criou e gerenciou o Núcleo Regional de Londrina da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, além de dirigir a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra na representação de Londrina.

Sua personalidade marcante já foi objeto de honrarias em vários Estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, sendo uma honra para o Estado do Paraná prestigiar tão importante figura.

Este projeto de lei pretende homenagear um cidadão ativo e preocupado com o desenvolvimento do esporte e do ensino, atuando veementemente em nosso Estado, e sobretudo ajudando a elevar o nome do Brasil em todas as competições que participa a equipe brasileira de ginástica rítmica, por ele tanto tempo patrocinada.

PROJETO DE LEI Nº 394/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a automação do sistema de controle dos Postos de Pedágio em todo o Estado do Paraná e a redução dos preços cobrados em 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único. A automação de que trata o artigo 1º da presente lei, refere-se à criação de um Sistema Automático para o funcionamento do grupo de máquinas que comandam a abertura das cancelas que funcionarão sob o controle de um programa único que permitirá ao usuário adquirir o aparelho de controle remoto para acioná-lo mais rapidamente que o atual de manejo manual.

Art. 2º O Sistema proposto não desativará o atual - pelo menos nos primeiros anos - tendo em vista a forma de se adquirir o controle remoto que abrirá a cancela, sendo aplicado de forma gradativa nas Praças de Pedágio, separando-se guaritas especiais para a aplicação do novo sistema, até a sua totalização.

Art. 3º Os controles remotos serão vendidos antecipadamente para empresas de Transporte de Cargas ou Coletivos de Pessoas e/ou outros que se interessem na agilização da passagem pelos Postos de Pedágio.

Art. 4º A forma de recarga dos controles do Sistema Automatizado fica a cargo de cada empresa concessionária das rodovias do Sistema de Transportes do Estado do Paraná.

Art. 5º A fiscalização da execução obrigatória do novo Sistema e do controle da venda de controles remotos pelas empresas concessionárias, bem como a regulamentação da presente lei, ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, da Secretaria de Estado dos Transportes do Governo do Paraná.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O transporte de cargas e o transporte coletivo, têm esbarrado com enormes dificuldades nas praças de pedágio para cumprirem os horários previstos de suas chegadas ao destino - Portos de Paranaguá e Antonina e Estações Rodoviárias - na maioria das vezes pelo atraso no atendimento nas Praças de Pedágio do nosso Estado. Quando falamos do transporte de cargas, citamos principalmente, as cargas perecíveis que têm horários certos para serem descarregadas.

As praças de pedágio, principalmente nas vésperas dos chamados "feriadões" ou mesmo nos finais de semana, quando acontece o retorno dos veículos de menor porte, ficam congestionadas e esses congestionamentos promovem o atraso de muita gente. Já houve casos de pessoas passarem mal, outras de perder o traslado para a continuação de sua viagem, além do incômodo que esses atrasos geram.

O sistema proposto na presente lei, traz a idéia da automatização das guaritas das Praças de Pedágio das empresas concessionárias das rodovias federais e estaduais do sistema viário paranaense. Nesse sistema seriam vendidos controles remotos que, acionados pelo próprio usuário da Rodovia, acionariam a cancela para se abrir, não havendo qualquer necessidade de utilização do sistema com pessoal para a cobrança da tarifa, que ficaria como opcional para os usuários que não se interessem pela compra de um controle recarregável, mas sim, pelo pagamento da passagem individual.

Esse sistema, ainda, beneficiaria as empresas de transporte de cargas ou de transporte coletivo cujo tempo vale muito dinheiro, pois têm um horário mais rigoroso para cumprir o trajeto a ser percorrido.

O sistema de automatização e a forma de controle remoto com recarga, a serem usados ficarão por conta da empresa concessionária do trecho que administra nas estradas do Paraná. O Departamento de Estradas de Rodagem - DER da Secretaria de Estado dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, ficará responsável pela fiscalização e controle do novo sistema.

Como o sistema será implantado gradativamente, a presente lei pretende reduzir o preço das tarifas nas rodovias pedagiadas, federais ou estaduais, em 30% (trinta por cento) por conta da automatização das praças de pedágio, o que beneficiaria toda a população, não só os usuários, mas pelo fato de baratear o frete das cargas transportadas pelas rodovias do Paraná, mas, também, reduzirá o custo das passagens do transporte coletivo.

Ainda, não oferecerá risco de desemprego, uma vez que a implantação será progressiva, havendo a necessidade de utilização de mão-de-obra da mesma maneira, acrescentando-se ainda o pessoal de manutenção, ou seja, a mão-de-obra especializada.

Por essas razões, o autor desta lei, busca o devido apoio de seus Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 395/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem seu trabalho focado no atendimento aos trabalhadores rurais, tendo entre outras atividades o desenvolvimento de campanhas visando à educação assistencial sanitária, através de palestras, cursos, programas e outras formas de divulgação; integração na comunidade de portadores de necessidades especiais e seus dependentes; proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade rural do município, conforme se pode verificar nas Atas e Relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 396/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ruy Alberto Zibetti.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O paranaense Ruy Alberto Zibetti, nascido no município de Guaraniaçu, em 08 de outubro de 1965, é formado em Direito pela Universidade de Brasília com especialidade nas áreas de Contratos Internacionais e Direito Sócio Ambiental. Atualmente é doutorando em Direito Internacional pela UIB da Espanha.

Autor de algumas obras já publicadas e outras que ainda estão no prelo, é professor universitário, o que demonstra quão estudioso e dedicado à construção do saber jurídico de nosso país.

O Dr. Ruy Alberto Zibetti recentemente teve uma atuação de destaque como Superintendente da Rede Ferroviária Federal - RFFSA para o Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Atualmente é Diretor de Desenvolvimento

Empresarial do Porto de Paranaguá onde terá a oportunidade de demonstrar suas qualidades gerenciais.

Dr. Ruy também foi coordenador da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados. É cidadão honorário de Curitiba, doutor *honoris causa* da Universidade Nacional de Assunção. Já atuou como analista de Projetos para Organismos Internacionais do Itamarati e como consultor jurídico de diversos entes privados de direito interno e internacional. Enfim inúmeros foram os trabalhos prestados para o Paraná e para o Brasil, tanto no serviço público, como no conhecimento jurídico.

Razões mais que suficientes para prestarmos essa devida homenagem a este cidadão paranaense; que dedica sua vida pela nossa gente.

Ruy Alberto Zibetti já é cidadão paranense agora será benemérito.

PROJETO DE LEI Nº 397/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam anuladas todas as punições de servidores públicos estaduais, da administração direta e indireta, motivadas por adesão a atividades reivindicatórias ou de protesto organizadas por entidades sindicais ou movimentos corporativos.

Parágrafo Único. Ficam também anulados todos os efeitos sobre os planos de carreira e procedimentos funcionais decorrentes das punições referidas no *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio:

Valdir Rossoni, Ratinho Júnior, Nelson Garcia, Cida Borghetti, Natálio Stica e Elza Correia.

JUSTIFICATIVA:

Os movimentos reivindicatórios e de protesto são um direito dos trabalhadores com garantia constitucional. No entanto, diversos servidores públicos, mesmo amparados por direitos constitucionais, foram punidos pela administração estadual.

Esta Casa de Leis, ao aprovar esta proposição estará fazendo justiça com aqueles que lutam pelos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e pela ampliação da qualidade do serviço público.

Grande Expediente:

**Homenagem aos 60 anos da Eletro-
frio Refrigeração Ltda.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje, faremos uma homenagem aos sessenta anos da Eletrofrio Refrigeração Ltda. O Grande Expediente será antecipado, antes do Pequeno, justamente para procedermos este evento.

Proponente: Deputado Hermas Brandão

Esta homenagem foi proposta aqui na Casa, por meu intermédio, com o apoio de todos os Srs. Parlamentares, num sentido só: valorizar a empresa que é paranaense, que tem gerado muitos empregos em nosso Estado; que tem gerado impostos e tem sido um baluarte no setor, concorrendo, inclusive, com dificuldades, porque os incentivos que outros Estados estão oferecendo hoje para o deslocamento dessas empresas, principalmente a Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo são enormes e ela, com a determinação da sua Diretoria, permanece aqui em nosso Estado e por isso merece toda a consideração dos Srs. Parlamentares, que representam o povo do Paraná.

Quando falamos aqui, falamos em nome do povo do Paraná, porque há Parlamentares que representam todos os segmentos da sociedade paranaense. Por isso, essa homenagem não é da Assembléia Legislativa do Paraná, mas uma homenagem do povo paranaense à Eletrofrio Refrigeração Ltda.

Homenagem

Solicito à nobre Deputada Elza Correia, para que proceda à leitura da homenagem a ser conferida à referida empresa.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)
(**Procede à leitura da homenagem**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Sr. José Antônio Paulatti, Presidente da Eletrofrio Refrigeração Ltda, para receber desta Presidência a moção e a homenagem aos sessenta anos da empresa e a escultura Pinhão de Ouro, símbolo maior do Estado do Paraná.

Convido o Deputado Ratinho Júnior para que venha, juntamente conosco, proceder à entrega do diploma.

(**Entrega do diploma**)
(**Aplausos**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. José Antônio Paulatti, Presidente da Eletrofrio.

***Orador: Sr. José Antonio Paulatti -
Presidente da Eletrofrio***

O SR. JOSÉ ANTONIO PAULATTI

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Elza Correia, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados Estaduais do Paraná; funcionários da imprensa e convidados especiais: (Lê):

“07 de agosto de 2006, esta data vai entrar para a história da Eletrofrio Refrigeração Ltda, sendo motivo de orgulho e satisfação em receber esta importante e significativa homenagem aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Em nome dos trezentos colaboradores da Eletrofrio queremos agradecer esta monção honrosa proposta pelo Deputado Estadual Hermas Brandão, Presidente desta Casa de Leis.

Fundada em 10 de outubro de 1946, a Eletrofrio, ao longo de seus sessenta anos, equipou aproximadamente 70% dos super e hipermercados do Brasil, com expositores refrigerados, casa de máquinas e câmaras frigoríficas.

Na década de 90, quando adquirimos a Eletrofrio do Marmon Group of Companies, dos Estados Unidos, a empresa detinha aproximadamente 20% da participação do mercado brasileiro. Hoje, somos líderes com 55% do mercado nacional. Nossa aposta numa administração profissional mostrou que estamos no caminho certo. Em 2005 batemos recordes aumentando nossas vendas em 50%.

Queremos agradecer ao Exmo. Deputado estadual Hermas Brandão, Presidente desta Casa, por apresentar moção honrosa pelos sessenta anos da Eletrofrio, que em muito nos envaidece e servirá de estímulo para que possamos continuar produzindo equipamentos com qualidade e excelência, para atender a consumidores cada vez mais exigentes e seletivos.

Nossa empresa está situada na CIC - Cidade Industrial de Curitiba, numa área de 85.000m2, sendo 24.000m2 de área construída. Possuímos escritórios de vendas em São Paulo e Rio de Janeiro, com representantes em todas as regiões do Brasil e América Latina.

Para nos manter na liderança, vamos intensificar ainda mais nossos relacionamentos comerciais, com participação nas principais feiras do setor varejista do Brasil, que em muito contribuirá para o fortalecimento de nossas parcerias e a conquista de novos nichos de mercado.

Este ano o grande objetivo da Eletrofrio será a satisfação total do cliente, onde vamos trabalhar de forma harmônica e uniforme para proporcionarmos um atendimento padrão para consolidarmos e ampliar nossa liderança no mercado paranaense e brasileiro.

Caros diretores, colaboradores e representantes da Eletrofrio. Hoje divido esta homenagem com cada um dos senhores. Se conseguimos chegar a esta marca tão

importante, foi fruto do trabalho sério e obstinado, da dedicação, do empenho e do profissionalismo.”

Muito obrigado!

Presidente Hermas Brandão, Srs. Deputados Estaduais, mais uma vez quero agradecer à homenagem que servirá de estímulo para continuarmos nossa luta diária, buscando novos objetivos e comemorarmos ainda mais vitórias.

Neste momento, convido a todos para assistirem ao vídeo institucional da Eletrofrío.

Muito obrigado!

Encerramento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora vamos assistir a um vídeo da empresa homenageada.

(**Apresentação do vídeo**)

Para encerrarmos esta solenidade, simples, mas de suma importância para nosso Estado, onde se faz uma homenagem a uma empresa que realmente tem feito muito pelo Paraná, esta Presidência deseja agradecer à presença de todos, principalmente da diretoria da Eletrofrío Refrigeração Ltda.

Suspenso a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(**Suspensa a Sessão**)

(**Reaberta a Sessão**)

Pequeno Expediente

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à Sra. Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, sem dúvida nenhuma, gostaria de chamar atenção das minhas colegas -, é um grande dia para o movimento de mulheres brasileiras, um acontecimento que é resultante e fruto da luta de décadas das mulheres desta País.

Hoje, às 12h00, o Presidente da República sancionou o Decreto 037/06 que coíbe, em caráter definitivo, a violência contra a mulher no país, o que representa uma grande conquista. Agora a violência contra a mulher passa a ser tratada como política pública, como questão pública e não mais uma questão privada. Esta lei há décadas nós, do movimento de mulheres do Brasil, estávamos pressionando o Congresso Nacional para que ela fosse aprovada. Tínhamos dificuldades, mas agora foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, a relatora foi a Senadora Lúcia Vânia e o Presidente da República sancionou-a. Qual é a novidade?

A novidade é que o conceito de violência doméstica contra a mulher preconiza o que foi estabelecido na convenção realizada em Belém no ano de 94. Isso significa dizer que para a sanção desta lei tivemos que esperar doze anos, além de quase trinta de discussão no Brasil todo. A lei dispõe que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. Isso significa dizer que esse tipo de violência sai do âmbito de menor potencial ofensivo. Vamos ter inclusive um trabalho articulado, porque a lei define que a política pública que visa proibir a violência doméstica e familiar contra a mulher se dará por meio de integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público como as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. A lei autoriza a criação, no âmbito federal e estadual, de juizados e varas especiais para o processo e julgamento e a execução das causas decorrentes de prática de violência doméstica, familiar contra a mulher.

Já conversei com o Governador Roberto Requião, que assinou aqui no Paraná o pacto para a implantação do plano nacional de política pública para as mulheres. Portanto, no Paraná também haverá a necessidade de implantação dessas varas especiais.

Chamo a atenção para esse item, companheira Luciana Rafagnin, que é a alteração das penas aplicadas. A lei veda a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, as penas de doação de cesta básica, por exemplo, ou outras, de prestação pecuniária bem como a substituição de pena que implique no pagamento isolado de multas, porque os agressores batiam, sangravam violentavam e pagavam três, quatro, cinco, dez cestas básicas e estava tudo resolvido. Hoje não. Esta pena foi retirada dos Anais que preconizam a questão da violência contra a mulher.

É preciso dizer que na mesma lei está inserida a reabilitação dos agressores. A lei autoriza a criação pela União ou pelos Estados, de Centros de Educação e Reabilitação para os agressores. Ainda fica acrescido na Lei de Execuções Penais que nos casos de violência contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor em programas de recuperação e reeducação.

Gostaria de dizer também que uma alteração que me deixou muito feliz, é a alteração no Código Penal e no Código de Processo Penal. Por meio de alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal a lei passou a ser da seguinte forma: admitir decretação de prisão preventiva, se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher. Isto é histórico para todos aqueles homens e mulheres que repudiam a violência contra a mulher no Brasil, que chega a mais de seis milhões de casos anuais registrados. Também, acrescentar, dentre as circunstâncias agravantes de um crime, a violência contra a mulher, aumentar a pena máxima, se o crime for cometido contra quem convive ou prevalecendo-se das relações domésticas, de um até três anos de detenção.

Portanto, diante dessas alterações, todas as formas de discriminação contra as mulheres no país, em qualquer Estado e municípios brasileiros, têm que ser tratadas diante do rigor dessa nova Lei Federal, a Lei 37/2006. Está claro o avanço das mulheres brasileiras que sempre lutaram por justiça e que sofrem diariamente na pele, a violência dos seus companheiros.

É importante salientar, também em até 48 horas, o juiz decide sobre a saída imediata do agressor, do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos seus filhos. A mulher pode reaver os seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor que era outra forma violenta e sistemática contra a mulher.

Os agressores podem ser presos em flagrante ou terem sua prisão preventiva decretada. As penas pecuniárias em que os agressores eram condenados a pagar, acabaram, a partir de agora. A detenção máxima para crime de violência doméstica contra a mulher triplica. Era um ano e agora, passa para três. Esse pode não ser um assunto interessante àqueles que não estão preocupados com a questão dos direitos humanos, nem com a violência contra a mulher, essa mazela, essa vergonha que nós arrastamos de um século para o outro.

Mas, todos aqueles, principalmente nós, mulheres, que estamos há muito tempo lutando em nosso país e no mundo inteiro para acabar com esse tipo de violência, estamos satisfeitas e consideramos um avanço extraordinário, inclusive a lei vai se chamar Lei Maria da Penha que todos sabem que era uma biofarmacêutica que lutava há vinte anos no Brasil para ver seu agressor condenado, que deu o tiro nas suas costas. Ela ficou paraplégica, e durante todo este tempo, lutando contra este tipo de violência e pedindo prisão para seu agressor.

Neste instante, agora à tarde, está havendo uma grande reunião de mulheres aqui de Curitiba e de todo o Estado do Paraná, que estão discutindo esta nova lei e vamos divulgar para o Paraná inteiro, desde os maiores até os pequenos municípios, este novo momento da vida das mulheres brasileiras.

Portanto, aqueles que achavam, ou que continuam achando normal, entre aspas, agredir mulheres, que se cuidem, porque agora esta lei federal está muito mais rigorosa. E vamos acompanhar e fiscalizar diuturnamente a aplicação desta lei. Criamos, aqui, enquanto Presidente do Conselho Estadual da Mulher, o Centro de Atendimento e Referência da Mulher em Situação de Violência. Criamos este Centro também em Londrina e vamos, imediatamente, informar a todas as companheiras que agora cuidem-se aqueles que têm a prática de agredir as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos, hoje, encaminhando um pedido de providências junto à Universidade de Maringá, no sentido de se abrir uma sindicância e responsabilizar criminal e administrativamente um professor, que forjando um laudo deu motivos para que a Viapar, juntamente com o DER e a Prefeitura Municipal de Apucarana, pudesse, junto ao IAP, pegar uma autorização de cortes de um pomar de mangueiras, plantado às margens da rodovia que liga Apucarana a Cambira.

Este pomar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi plantado em 1983 e 84, tem uma extensão de aproximadamente quatorze quilômetros plantado à margem da rodovia, entre a rodovia e a ferrovia, entre uma área de terras que restava abandonada. E este professor de Maringá encaminhou um laudo que não sabemos a pedido de quem e nem por quê, dizendo que as mangueiras estavam poluídas com chumbo.

E nós encaminhamos alguns frutos ao Tecpar e fizeram um laudo dizendo que não há nenhum tipo de poluição, o que contraria frontalmente o laudo do professor de Maringá, que levou o IAP a um erro, autorizando o corte e mais de duzentas mangueiras foram cortadas. Momento em que entramos com uma ação popular na comarca de Apucarana e o juízo de direito da vara cível daquela cidade, em medida liminar, atendendo ao clamor popular, mandou suspender o corte das mangueiras e imputando uma multa de cinquenta mil reais para cada árvore derrubada.

E graças a isso, já temos em apucarana o Prefeito moto-serra de ouro, Prefeito Walter Pegorer, denunciado no esquema sanguessuga, conforme denúncias feitas por compra superfaturada de ônibus velho, uma verdadeira lacraia encostada na cidade, comprada com a verba sanguessuga. Este mesmo Prefeito, há alguns meses atrás, foi condenado como rato da merenda escolar pelo Tribunal de Contas da União, o rato que comia a merenda escolar e fabricava notas frias do mercado Panorama em Apucarana, foi condenado a devolver seiscentos e oitenta e sete mil reais ao Tesouro Nacional.

E agora este corte de árvores praticado em um pomar público baseado em um laudo assinado por um professor da Universidade Estadual de Maringá que levou a erro o IAP e a Viapar, para atender aos interesses do Prefeito de Apucarana e do seu ex-Secretário de Meio Ambiente, conhecido Padre Joba, este professor de Maringá assinou um laudo frio, e o nosso laudo que foi feito pela Tecpar desmente a grande farsa que este professor, de maneira criminosa, praticou contra o meio ambiente e contra os interesses administrativos da Universidade Estadual de Maringá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico agradecido pela gentileza, e desejo à coligação PSDB e PMDB muita sorte hoje neste pleito junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e que seja feita justiça, porque nós, que fazemos parte da coligação Osmar Dias, queremos ser vitoriosos contra essa coligação, para que não haja desculpa depois que não se deu a vitória em função da não-coligação. Nós queremos ganhar de todos juntos, e que o Governador Roberto Requião faça uma transição pacífica porque o futuro Governador do Paraná, o Osmar Dias, é um homem que não traz rancor no seu coração e irá administrar para todos os paranaenses.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deve-me dois minutos nobre Deputado.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB. Com a palavra Deputado José Domingos Scarpellini por oito minutos.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de protestar pelo desconto imediato que V. Exa. está fazendo já neste horário de Liderança, porque este horário não pertence à minha pessoa, acredito que o senhor possa descontar esses dois minutos amanhã no Pequeno Expediente, mas hoje não, porque amanhã o horário é meu, hoje é do bloco que pertence.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já perdeu trinta minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pois é, mas essa explicativa a gente ganha alguma coisa Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vimos a pesquisa Ibope, Gazeta do Povo e Rede Paranaense de Televisão ser impugnada pelo atual Governador do Paraná e pelo bloco político que lhe dá sustentação, que é a coligação PMDB-Pcdob-PSDB.

Vimos a vontade do Governador em não deixar que o povo do Paraná soubesse realmente o que está ocorrendo.

É iminente a sua derrota. O clamor das ruas, a vontade soberana do povo que vem das pequenas cidades, onde os prefeitos são obrigados, muitas vezes, a assinar um manifesto de apoio. Assim como assinaram em 1982 o apoio para Saul Raiz, que era o candidato do PDS. Ocorreu agora, depois de 24 anos, estamos vendo o

mesmo seriado. A mesma edição daquele filme antigo, o retrato em branco e preto saudosos, que pensávamos ter arquivado. Mas, na política se repete.

Pressão palaciana. A pressão da vontade de se manter no poder, fez com que o atual Governador Roberto Requião fosse alterando o seu comportamento, o seu modo operante na política foi mudando, E, nesta eleição ele revoga o pouco que lhe restava de sabedoria e de história política.

Ele que disse que nunca acreditava em Prefeito, porque os prefeitos queriam, na verdade dinheiro para fazer lavagem, mecanizar, através de notas fiscais, o dinheiro repassado pelo Palácio Iguaçu.

Ele que não repassa, a não ser por ordem judicial o dinheiro do transporte escolar para os municípios.

Ele que não fez liberação alguma aos municípios, a não ser a título de empréstimo baseado na capacidade de endividamento de cada comunidade.

Neste ano vimos o Governador Roberto Requião - Paz e Amor! Para Laranjeiras do Sul, esta histórica cidade que já foi capital do território federal do Iguaçu, o Governador Roberto Requião repassou 17 milhões e 500 mil reais.

Vejam como o Governador Roberto Requião passou a acreditar nos prefeitos agora. Neste último ano ele fez revisão dos seus conceitos e passou a liberar dinheiro para os prefeitos. Com isso traz o apoio, acredito até, pela quantidade já anunciada pelos Deputados, por ele próprio, pela imprensa, acho que deve ter o apoio de 1200 prefeitos do Paraná. Cada município tem três, quatro prefeitos, porque os jantares repetidos lá na Granja do Cangiüri, Deputado vai lá e leva quarenta prefeitos. Já foram quarenta e tantos Deputados almoçar ou jantar com prefeitos. Quarenta almoços ou quarenta jantares que multiplicados por trinta e pouco vai dar mil e duzentos prefeitos apoiando o Governador Roberto Requião.

Sei, também, que terá o apoio dos prefeitos de Santos, São Francisco do Sul, Itajaí e Joiville, porque esse prefeitos dos portos dessas cidades estão muito satisfeitos com a administração que Roberto Requião vem fazendo no Paraná. Esses prefeitos nunca viram tanto movimento nos seus portos (os portos de Santos, São Francisco e Itajaí) como na administração do Governador Roberto Requião, que tem lá no Porto de Paranaguá o seu irmão - o talentoso Bill Clinton de Paranaguá - Eduardo Requião de Mello e Silva.

É uma coisa assombrosa o que estamos vendo pelo Paraná a fora: promessas não cumpridas e, agora estão querendo reeditar as promessas. Promessas e mais promessas são feitas pelo atual Governador que um dia quebra o dedo de um repórter, no outro joga no chão o gravador de outro repórter, manda agricultor de Santo Antonio do Sudoeste ou de Pranchita colocar a faixa no lugar indevido.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados. É essa coligação que quer ganhar a eleição no Paraná!

Já temos segundo turno pela própria pesquisa que aí está. Somam-se os votos e você vai ver que estamos já com segundo turno garantido.

A hora que abrir horário gratuito da Justiça Eleitoral e que mostrarmos ao povo do Paraná o que o Governador já falou, o que ele já prometeu e não cumpriu, teremos uma queda livre porque sociologicamente funciona assim, Deputado Rossoni. Está estancada a campanha. Ele está em um nível e ali não se mexe, mas a hora que o povo começar a ver o induzido pelas próprias palavras do atual Governador fizemos a memória do que foi seu Governo, do que foi seu comprometimento com as causas populares e, hoje, revogada, nós veremos acentuar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço para V. Exa. concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito agradecido, Sr. Presidente, por ter concedido este espaço e espero poder ser útil à nossa coligação do PSB com Osmar Dias Governador do Paraná, porque temos esperança de acabar com a truculência, com a violência e com aqueles que não respeitam a imprensa e o povo paranaense.

Não temos nenhum temor de que esta eleição terá o sucesso que o povo paranaense deseja, que é o sucesso de um democrata, de alguém que vem, realmente, com vontade de servir ao povo paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto ao Bloco PTB/PL/PRB se fará uso do seu tempo.

(**Declina**)

PPS.

(**Declina**)

Consulta à Liderança do PDT. Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, não faço uso do horário da Liderança do PDT.

Apenas quero registrar a presença dos meus amigos de Mato Rico e Roncador que aqui estão: o Miguel Batista Ribeiro, a Cleonice Seguro que é Vereadora daquele município que está aqui prestigiando esta sessão; o Waldir Seguro que aqui está e também o Alex que é o Presidente do PDT de Quedas da Iguaçu.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Queria cumprimentar também, a exemplo do Deputado Augustinho Zucchi, o companheiro Alex

Tiosso, Presidente do Partido Democrático Trabalhista do município de Quedas do Iguaçu, que nos visita na tarde de hoje, para orgulho desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL. PT. PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, tive a cautela de pedir ao meu iminente, ilustre Líder Nelson Garcia, para fazer uso do Horário da Liderança do PSDB.

Sr. Presidente, quero falar aqui um pouquinho de racionamento.

Poderia iniciar minha fala aqui hoje, para ilustrar um pouquinho, falar da termelétrica de Araucária!

Quando o Governo atual assumiu, ele fez toda uma fantasia em cima da termelétrica dizendo que ela era uma “bomba”. Hoje, quem vai salvar o Paraná para não ter racionamento, vai ser a termelétrica de Araucária.

Mas, Deputado Nelson Justus, agora, fala-se em racionamento de água na capital do Estado e na região metropolitana.

E é importante lembrar que se estamos falando em racionamento é por culpa única e exclusiva do Governo Requião, porque o Governo anterior já tinha previsto a construção da Barragem de Piraquara II e Miringuava. Além disso, Deputado, essas obras deveriam ter sido iniciadas em 2003. E estava garantido um financiamento japonês com sete anos de carência, com 4% de juros ao ano. O processo licitatório estava concluído e as obras deveriam estar prontas no máximo em dois anos.

Quer dizer, se assumiu o Governo, dois anos, 2006, é o caso que estamos tendo racionamento, a obra poderia estar sendo inaugurada, e nós estaríamos apenas assistindo o problema da estiagem pelos jornais, mas, não estaria atingindo a população curitibana e a população da região metropolitana.

Isto é o efeito da irresponsabilidade com que se tratam as coisas do Paraná. Tudo que o Governo anterior fez está errado. Ora, se o Governo anterior tinha as duas obras, com financiamento japonês, para terminar em 2005, agora tem que começar tudo do zero. Inclusive, tem que ir em busca de financiamento, porque aquele financiamento dos bancos japoneses não tem mais. Por quê? A “bizarrice” da política do Paraná! Tudo que o governo anterior fez ou este está fazendo, está errado.

Por esta razão, espero muito que essas obras agora não comecem a ser decantadas, que vai terminar em 2008, porque o racionamento está aí. O horário eleitoral vai começar agora. Não sei se terei condições de fazer isso, mas certamente alguém terá de mostrar à população da região metropolitana, que estamos com o raciona-

mento na capital do Estado, única e exclusivamente por incompetência, “bizarrice” e por não tocar um programa de financiamento de um banco japonês, com 4% ao ano de juro - que é invejável para nós brasileiros -, a obra ficou paralisada e poderia estar sendo inaugurada e estar sendo mostrada na televisão, como feito do atual Governo.

Este Governo veio para destruir o que o outro construiu. Se vocês fizerem uma pergunta, aqui, agora: qual a grande obra deste Governo. Vocês lembram do Jaime Canet? Do grande Governador que fez as obras de asfaltamento do Paraná? Se vocês se lembrarem do Governo José Richa, vão se lembrar de um Governador que recuperou o salário dos servidores públicos do Estado e fez um excelente trabalho na área da agricultura.

Não quero entrar na questão dos outros governos. Neste Governo, se formos pedir qual a grande obra, fica-se perguntando, porque agora, parece que virou moda tapar buraco e ter inauguração.

Esta é a razão pela qual subo nesta tribuna, para responsabilizar o Governo, pelo racionamento de água. Conversei neste final de semana com microempresário e com pequeno empresário, que trabalham e fazem uso da água para suas empresas funcionarem. Agora, como se faz? Sei de um empresário que tem cinquenta funcionários, que terá que ficar três dias parado nesta semana.

A justificativa dos políticos que hoje governam o Paraná, é que há estiagem. Não é a estiagem. Se tivessem levado a sério, usado o dinheiro do financiamento internacional, com juro baratíssimo, estaríamos inaugurado a obra e estaríamos falando que em outras regiões estaria faltando água, mas não na capital do Estado.

Sr. Presidente, o outro assunto que é preciso falar, é sobre os alertas que foram feitos aqui no Porto de Paranaguá. Hoje chegou em Paranaguá o ônibus da Rede Globo. No sábado, a Rede Globo mostrou a situação do nosso porto. Quando falamos aqui da situação do Porto de Paranaguá, parece até que falamos porque somos Oposição. Agora, vem um veículo de comunicação e verifica o que sabemos há muito tempo que está acontecendo no Porto de Paranaguá.

Temos esperança e é por esta razão que estamos nesta luta incansável, duríssima, difícil, para tentarmos mudar o Governador do Paraná e eleger um Governador que ouça a população do Paraná e que faça por nós, paranaenses, o que mais precisamos, começando pelo respeito e, depois, pelas grandes decisões ouvindo a população paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.
(**Declinam**)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Ângelo Vanhoni, na qualidade de Líder da Bancada do PT, constante do expediente, indicando o seu nome como titular e o nome do Deputado Hermes Fonseca como suplente, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição Estadual, que irá opinar sobre a Proposição nº 53/06, de autoria do Poder Executivo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1823, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 23 (vinte e três) dias, em função de prorrogação de tratamento médico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1811, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

É bom frisar também que essa Sessão Extraordinária - isso especialmente para a imprensa - não terá pagamento de jetom.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Caiuá o imóvel que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 186/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá o imóvel constituído pelo lote urbano nº 07 da Quadra nº 03, com área de 600,00 metros quadrados nessa cidade, pertencente ao Estado do Paraná, matrícula nº 4.306, livro nº 02 fls. 146/148, da Comarca de Alto Paraná.

Parágrafo Único. A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a construção de prédio para atendimento nas áreas social, da saúde e da educação, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.08.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/0606, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tornando obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos sobre previdência social e privada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/06, de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão da doação, ao patrimônio do

município de Marechal Cândido Rondon, dos imóveis urbanos conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública a Apropar - Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas, com sede e foro no município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDHDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 19/05, de 30/03/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 142/05

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem como proposta, dispor sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona.

Em sua fundamentação o autor diz que “*o projeto de lei, acima descrito, tem a finalidade de garantir à população a ausência de riscos à saúde pela inalação de produtos químicos de uso específico em capina química ao trafegar junto a rodovias e ferrovias no Estado do Paraná.*”

Diz ainda “*que dentro do sistema internacional de Proteção dos Direitos Humanos, é inegável a importância da garantia de uma vida digna a todo ser humano, resguardando seu bem-estar e sua saúde. Trata-se do exercício da cidadania a proteção da dignidade e do bem-estar da população, cabendo ao Estado a promoção de políticas públicas incisivas que garantam a efetivação desses direitos.*”

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado autor, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.05.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 142/05

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Sr. Jocelito Canto, apresentou proposição proibindo, em todo o território do Estado do Paraná, a capina química nas áreas de faixa de domínio de ferrovias e rodovias.

Da Fundamentação

É de suma importância e relevância que a proposição seja transformada em lei: primeiramente, pelo benefício à saúde da população advindo do não- uso de veneno, e, segundo, pela preservação dos empregos gerados da capina do mato das faixas de domínio de ferrovias e rodovias estaduais.

Da Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.05.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 142/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Conclusão

O objetivo desse projeto de lei é fazer com que o Estado do Paraná tenha, do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, a garantia de uma vida digna a todo ser humano, resguardando o seu bem-estar da população, cabendo ao Estado a promoção de políticas públicas incisivas que garantam a efetivação desses direitos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17.08.05.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que assegura à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CS e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 95/05, de 13/09/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria da Deputada Arlete Caramês, o Projeto de Lei nº 553/05, visa assegurar com prioridade, vagas em escolas públicas estaduais para portadores de deficiência física, mental ou sensorial e que sejam próximas à sua residência.

Em sua justificativa, a autoria comenta que *o portador de necessidades especiais já enfrenta diversas dificuldades na sua vida cotidiana por conta da deficiência que possui, cabendo ao poder público a realização de políticas públicas que possibilitem o pleno exercício de seus direitos.*

O projeto de lei, dentro de uma agenda positiva de inclusão, localiza-se entre aquelas de importância na atuação do Estado. A própria autora diz que *dependendo do tipo de deficiência, a distância do estabelecimento de ensino da residência do aluno, ou mesmo da dificuldade de transporte por meio de transporte coletivo, pode fazer com que o aluno fique fora da escola.*

Da Constitucionalidade e Legalidade.

A Carta Magna dispõe que:

Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Ainda a nossa Carta Constitucional enaltece a educação como direito de todos e dever do Estado:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sob o aspecto formal o Projeto de Lei nº 553/05 se encontra adequado ao que prevê a LC 95/98.

Do Voto.

Seja do ângulo de políticas de inclusão social, seja na moderna vertente de leitura segundo a Constituição, o Projeto de Lei nº 553/05 se encontra em condições de ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa, razão pela qual argumento pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR
Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto, de autoria da Deputada Arlete Caramês, visa assegurar à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências.

Do Parecer

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O projeto ora em análise busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência física, mental ou sensorial, possibilitando-lhes permanecer próximos de suas residências para cursar seus estudos, o que vem ao encontro da necessidade da sociedade quanto à elaboração de políticas diferenciadas de tratamento para esta parcela da população.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 14.12.05.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 553/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, assegura à pessoa portadora de deficiência física, mental, ou sensorial, a prioridade de vaga em escola pública estadual que seja localizada mais próxima de sua residência e dá outras providências.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior. A Comissão de Saúde Pública, através do Relator Deputado Neivo Beraldin, se manifestou favoravelmente à tramitação da proposta em relação ao seu mérito.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício ao aluno portador de deficiência, garantindo o acesso à educação próximo à sua residência.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 553/05.

Sala das Comissões, em 19.06.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 644/05, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, proibindo a participação de animais em espetáculos circenses ou assemelhados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e CEMA. (Publ. no DA nº 112/05, de 17/10/05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 644/05

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Renato Gaúcho, o Projeto de Lei nº 644/05, pretende proibir a apresentação, exibição, manutenção e a utilização sob qualquer forma em espetáculos circenses ou assemelhados de animais selvagens ou domésticos, nativos ou exóticos no Estado do Paraná. Em sua justificativa o autor relata que “maus tratos que na maioria das vezes os animais sofrem, vez que são submetidos a trabalhos não condizentes com sua natureza, obrigados a rotinas estafantes, tendo que se apresentar ao público diversas vezes ao dia”. Diz mais “são animais condicionados a apresentações artísticas com movimentos repetitivos que podem acarretar algum dano físico, comprometendo sua longevidade”.

Da Constitucionalidade e Legalidade.

A Carta Magna no artigo 225, parágrafo 1º, VII assevera:

Art. 225.....

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito (ambiente ecologicamente equilibrado), incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

A Lei nº 9606/98 dos Crimes Ambientais diz:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

De outro lado, a Carta da República em seu artigo 24, VI, expressa:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da população.

Assim, sob a ótica expressa desta Comissão, não se observam óbices legais ou constitucionais para o Projeto de Lei nº 644/05.

Do Voto.

Do exposto somos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 664/05

P A R E C E R :

Diante do exposto pelo autor do presente projeto que os animais que são apresentados como atrações nos espetáculos circenses ou espetáculos circenses ou espetáculos assemelhados, estão sendo maltratados pelos seus proprietários, e, que sofrem duas vezes, em razão de serem submetidos a trabalhos não condizentes com sua natureza;

Considerando-se que esses animais, para serem treinados para suas apresentações nos espetáculos citados, têm que se submeter a exercícios repetitivos até o seu condicionamento final, o que lhes causa danos físicos que comprometem a sua longevidade;

Considerando-se, ainda, as viagens a que são submetidos em jaulas pequenas às quais são confinados, além de não receberem um bom tratamento alimentar, somos de parecer favorável à sua tramitação normal, para que o douto Plenário desta Casa possa discutir e deliberar.

Sala das Comissões, em 03.12.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 644/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Renato Gaúcho, proíbe a participação de animais em espetáculos circenses ou assemelhados no Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça, e quanto ao mérito da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, que apresentaram parecer favoráveis.

Conclusão

O projeto de lei tem por finalidade evitar os maus tratos que na maioria das vezes os animais sofrem em circos e assemelhados, submetidos a trabalhos não condizentes com sua natureza, obrigados a rotinas estafantes, tendo que se apresentar ao público diversas vezes ao dia.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 18.05.06.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quero aqui colocar o meu posicionamento quanto ao Projeto do Deputado Renato Gaú-

cho, que proíbe a participação de animais em espetáculos circenses ou assemelhados no Estado do Paraná.

Senhor Presidente, estamos aqui votando algo que não quero discutir sobre a questão dos espetáculos circenses - que até não tenho profundo conhecimento - mas quero colocar aqui o meu posicionamento quanto às questões tradicionais. Imaginem, nós, Parlamentares, hoje, votarmos favorável a esse projeto e nós estaremos proibindo os tradicionalistas gaúchos de fazerem os rodeios que fazem. Então, tenho certeza que esse projeto é inconstitucional.

Nós estamos votando a sua constitucionalidade e não entro no mérito, mas peço a atenção dos senhores Parlamentares para que votemos contrário, para que esse projeto seja derrubado neste momento, senão, Deputado Miltinho, V. Exa. não poderá mais fazer as cavalgadas, porque os animais são usados na cavalcada. Então, nada contra o Deputado Renato Gaúcho, mas peço aos Parlamentares que votemos já em 1ª Votação contrários a esse projeto, porque assim encerra-se essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

O projeto, na questão preservacionista dos animais dentro dos circos, tem, claro, o amparo moral e o sentimento de cada um individualizado até na própria criação desses animais, no trato e no zelo. Mas, não só estamos solicitando também a todos os Parlamentares as questões da CTG's, dos MTG's, mas hoje no Paraná temos 402 festas, já registradas, de rodeio texano no Paraná, envolvendo quase doze mil pessoas diretamente, mais os circos que também envolvem no Paraná duas a três mil pessoas diretamente, e que, claro, pode ser discutida de uma forma mais amena a questão que já conversamos com o Deputado Renato Gaúcho.

Também encaminho, no sentido não só de rejeitar a proposta ou postergar por dez Sessões - fica a critério do Plenário - mas a rejeição do projeto seria de bom alvitre.

Muito obrigado.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a despeito do respeito que tenho e admiração pelo Deputado Kielse, eu sugeriria que postergássemos, adiássemos então por cinco votações, até para que discutíssemos o assunto. Só acho estranho, Deputado Kielse, que esse assunto, esse projeto já tenha sido proposto há muito tempo, e ninguém veio falar comigo sobre isso, só hoje na hora da votação é que há a sua posição contrária. Gostaria inclusive de ressaltar, já conversamos pessoalmente que em relação aos rodeios até há possibilidade de votação.

Em relação aos animais de circo, gostaria de lembrá-lo que o circo de maior sucesso no mundo,

Circo Francês, não utiliza um animal, não utiliza um esquilo, um macaco, um elefante. E a justificativa que coloco no projeto, inclusive V. Exa. já deve ter lido, é de que os animais, para serem utilizados nos circos, são condicionados a agressão, a movimentos repetitivos que comprometem a saúde e inclusive induzem à morte prematura.

Por tudo isso, acho que podemos até discutir esse assunto durante essas cinco Sessões, mas gostaria de deixar aqui consignado que não retirarei o projeto. Gostaria de ter um pouco mais de tempo, discutir com V. Exa. e com quem quiser discutir, coisa - repito - que até hoje não aconteceu. O projeto já foi proposto há muito tempo e nunca ninguém veio discutir nada comigo.

Então, pediria que adiássemos por cinco Sessões, Deputado Hermas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que V. Exa. encaminhasse um requerimento neste sentido.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)

Pois não.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na verdade, conversei com o Deputado Renato Gaúcho e acho que a preocupação que foi colocada aqui, tanto do Deputado Kielse como dos demais Deputados, pode ser discutida. Agora, esse projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já existe uma lei, não um projeto, mas uma lei, que na qual, inclusive, o Deputado Renato Gaúcho baseou-se para apresentar o seu projeto, no Rio Grande do Sul, e funciona exatamente nessas condições.

Para o Rio Grande do Sul, todos os circos que vão, não têm elefantes amarrados, não têm macacos para fazer espetáculos para as pessoas que não sabem como eles são treinados ficarem olhando, não têm cachorro, não têm gato, não têm nada. Na verdade, são espetáculos feitos com pessoas. E ainda assim, Deputado Kielse, acho que é a sua preocupação, e tem sentido, temos que fazer esse debate no Rio Grande do Sul, o senhor sabe, mantêm-se os CTG's, aliás, não passaria se não se mantivesse os CTG's, seria um absurdo os CTG's não serem mantidos no Rio Grande do Sul. Mantêm-se as cavalgadas, mantêm-se todo o processo tradicionalista, apenas aquele que é exótico porque não nasce no Brasil, ele vem da Europa para cá.

Esse processo de fazer com que os animais, para serem adestrados sofram absurdos, e temos acompanhado junto com algumas entidades que fazem a defesa dos animais, os absurdos a que são submetidos esses animais para poderem ser adestrados.

Então, parece-me que essas cinco Sessões vão ser possíveis para que possamos - e me parece que é esse o entendimento - fazer explicitamente alguns ajustes para

que se mantenham aquelas situações onde não se perde a tradição, mas se mantém a proteção dos animais em circos sem que eles precisem vir a serem feitos, do jeito que são hoje, objetos apenas para que algumas pessoas possam se divertir e usar deles.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um Requerimento nº 1822, de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 644/05.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, fixando o prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 746/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, fixa prazo de vida útil para ambulâncias.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24.

(...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, exceto ao omitir-se a data de início de vigência.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma de emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N 746/05

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 746/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Deputado Barbosa Neto, que objetiva fixar prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica.

Fundamentação

Sobre a matéria podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com Emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e tendo em vista o que nos mostra a fundamentação do autor, quando esclarece que o prazo de 20 (vinte) anos é razoável para que as ambulâncias trafeguem em condições aceitáveis e necessárias. Contudo, se o prazo for superior a vinte anos não se pode garantir as condições adequadas de manutenção dos veículos acima citados.

Conclusão

Pelo acima exposto, nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação do referido projeto, pelos demais órgãos desta Casa de Leis e sendo assim, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 746/05, encaminhando o mesmo à decisão finalística do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições públicas estaduais de educação superior e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/06, de 16/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N 017/2006

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva que propõe instituir, por lei, reserva

de vagas nas instituições públicas de ensino superior de Estado para os estudantes egressos de escolas públicas.

A proposição pretende obrigar as instituições estaduais de ensino superior, vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a reservar, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O texto da proposição determina que o Estado, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Conselho Estadual de Educação regulamentará a presente lei no prazo de 120 dias, no qual deverão ser estabelecidos os critérios de credenciamento das escolas de ensino médio e de avaliação para os fins previstos na lei ora em discussão. A proposição ainda fixa o prazo de cinco anos para uma revisão do sistema especial de acesso ora proposto.

A justificativa da proposta, segundo o seu autor, é que a medida democratiza o acesso e estabelece uma vigorosa política pública de inclusão social.

Voto e Fundamentação

Ao contrário do entendimento de muitos, inclusive da assessoria desta Comissão, entendemos que a implantação de formas de acesso às instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná e que resulta na reserva de cotas para escolas públicas que mantêm o ensino médio não ofende a Constituição Federal.

Proposições de igual matéria, apenas diferenciando quanto à esfera das instituições de ensino superior, pois tratam de universidades e instituições federais, estão em tramitação na Câmara Federal e já têm pareceres favoráveis em Comissão de Mérito.

O artigo 24 da Constituição Federal estabelece que a competência para legislar sobre educação é concorrente entre a União, Estados e o Distrito Federal. Também entendemos que a matéria admite iniciativa parlamentar, exceto quanto à parte do texto, quando a proposição fixa atribuições a órgãos do Poder Executivo, o que deve ser objeto de emendas que este Relator ora apresenta, a fim de sanar tais vícios.

A matéria efetivamente exige um maior debate, por isso propugnamos que sejam realizadas audiências públicas, o que, no entanto, não deve, no nosso entender, obstaculizar a regular tramitação do feito neste momento nesta Comissão de Constituição e Justiça, podendo a discussão ser promovida pela Comissão de Educação ou mesmo pela própria Casa, antes de sua inclusão na Ordem do Dia.

Conclusão

Destarte, diante do acima exposto, somos da opinião pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que objetiva instituir um sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições

estaduais de educação superior, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 017/06

Art. 1º As Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná reservarão em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Cabe às universidades públicas estaduais, observar a autonomia universitária, definir e fazer constar dos editais dos processos seletivos a forma como se dará o preenchimento das vagas reservadas por força desta lei, inclusive quanto ao quantitativo oferecido e aos critérios mínimos para a qualificação por curso e turno.

Parágrafo Único. Os critérios mínimos de qualificação para acesso às vagas oferecidas deverão ser uniformes para todos os concorrentes, independentemente de sua origem, admitida, porém, a adoção de critérios diferenciados de qualificação por curso e turno.

Art. 3º Deverão as Universidades Públicas Estaduais constituir Comissão Permanente de Avaliação com a finalidade de:

I - orientar o processo decisório de fixação do quantitativo de vagas reservadas aos beneficiários desta lei, levando sempre em consideração seu objetivo maior de estimular a redução de desigualdades sociais e econômicas;

II - avaliar os resultados decorrentes da aplicação do sistema de cotas na respectiva instituição; e

III - elaborar relatório anual sobre suas atividades, encaminhando-o ao colegiado universitário superior para exame e opinamento e posterior encaminhamento à Secretaria de Estado da ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 017/06

P A R E C E R :

Trata-se, na espécie, de projeto de lei da lavra do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, visando instituir

reserva de vagas nas instituições públicas de ensino superior do Estado para os estudantes egressos das escolas públicas.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça já está devidamente concretizada na forma do Substitutivo Geral constante do presente expediente.

Na ótica educacional, muito embora exista uma discussão acadêmica que deva ser levada em consideração sobre os efeitos das reservas legais no ensino, entendo que como política de inclusão social a medida proposta deva ser submetida à apreciação do conjunto dos Deputados desta Casa, devido às implicações futuras no caso da implementação do projeto.

Diante do exposto, entendo que o presente projeto está em condições de regular tramitação.

Sala das Comissões, em 19.06.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1796, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 10 e 11 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 130/05, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 457/05, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, autorizando o Poder Executivo a reverter a doação do imóvel que especifica, devolvendo-o à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 243/05.

Curitiba, de 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 337/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 457/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações prestadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem ressaltando que o imóvel pretendido encontra-se ocupado pelo Núcleo de Manutenção de São Sebastião da Amoreira e pelo Escritório Regional do referido Departamento, local, portanto, indispensável para as atividades rodoviárias do Estado.

Estes os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 457/05 encontra-se publicado no DA nº 077/05, de 08.08.05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 130/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 457/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o poder Executivo a reverter a doação do imóvel que especifica, devolvendo-o à Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/06, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 528/05, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santa Mariana, de imóvel pertencente ao Estado, situado no perímetro urbano do município. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 275/05.

Curitiba, de 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 393/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de

Lei nº 528/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante de possibilidade de o imóvel em referência vir a ser utilizado pela própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 528/05 encontra-se publicado no DA nº 089/05, de 30.08.05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 006/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 528/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar Cessão de Uso ao município de Santa Mariana de imóvel pertencente ao Estado, situado no perímetro urbano do Município.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente com a aquiescência do líder Dobrandino Gustavo da Silva estou solicitando aos nossos companheiros e companheiras a votar NÃO ao veto apostado pelo Executivo aos dois itens porque eles são puramente restituição dos bens aos municípios. Anteriormente eles foram doados e o Estado não cumpriu o objetivo, nestes últimos 30 anos e agora os dois municípios têm interesse nessas áreas de terra. São lotes dentro da área urbana e com a sua reversão serão destinados, o de São Sebastião da Amoreira para barracões industriais, cumprindo uma

função muito mais nobre para o município do que o que vem cumprindo hoje pois está sem nenhuma utilização ou sub-utilizado pelo Governo do Estado, através do DER.

Portanto solicito aos companheiros e companheiras o voto NÃO aos dois vetos que o Executivo colocou a estes projetos de lei aprovados pela Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à nobre Deputada Luciana Rafagnin Chamada Nominal para a Votação. Quem for pela manutenção do Veto votará SIM; os contrários, votarão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados para a Votação dos vetos.

Sr. Presidente, trinta e cinco Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Miltinho Pupio, à Deputada Elza Correa e Deputado Strapasson para fazerem a escrutinação.

Solicito à Deputada Elza Correa que anuncie o resultado.

A SRA. ELZA CORREA (PMDB)

Vinte e oito (28): NÃO.

Oito (08): SIM.

Um (01): em branco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foram derrubados os dois vetos e aprovados os Projetos de Lei nº 528 de autoria do Deputado Geraldo Cartário e nº 457 de autoria do Deputado José Maria.

Quero chamar atenção dos Srs. Parlamentares, porque há três requerimentos de minha autoria que pedem arquivamento de projetos de utilidade pública que estão com a documentação incompleta, apesar de a CCJ ter feito diversas solicitações e não foram preenchidos os requisitos para estes projetos.

Então, estamos pedindo o arquivamento.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1797, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 372/03. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1798 e 1800, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Solicitaria à Presidência que declinasse o nome do autor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São muitos os autores, são cinquenta projetos. Foram diversas solicitações para projetos de 2002, 2003, que foi solicitada a complementação da documentação e não foram preenchidas.

O autor terá oportunidade de apresentar novamente, ao achar-se prejudicado.

Requerimento nº 1799, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Já tem outra lei neste sentido, então estamos pedindo arquivamento.

Requerimento nº 1767, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1768 a 1786 e 1825 a 1835, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1787 a 1794, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1802 a 1804, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1806 e 1807, de autoria do Deputado Wanderlei Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1808 a 1810, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1812 a 1814 e 1824, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1815, de autoria da Deputada Elza Correa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1816, 1817 e 1819, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 715/05, 130, 147, 237, 319, 326, 333, 334, 341, 351, 352, 370, 371, 372, 374 e 375/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 08, às 09h30, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 553, 746/05, 017, 130, 237, 326, 334 e 352/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissão****Finanças**

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch e mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Ademar Traiano e Ailton Araújo. Havendo número legal, o senhor Presidente abriu os trabalhos. O senhor Secretário leu a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 639/05**, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva introduzir dispositivo interpretativo sobre a natureza jurídica, a extensão e aplicação das Quotas de Produtividade devida aos Auditores Fiscais, da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar nº 92, de 05 de

julho de 2005. Relator Deputado **CARLOS SIMÕES**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **02) Projeto de Lei nº 670/05**, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva autorizar o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A – ELE-TROSUL, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná. Relator Deputado **DUÍLIO GENARI**. Parecer **FAVORÁVEL**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch e mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Neivo Beraldin, César Seleme e Tadeu Veneri, e Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor Presidente abriu os trabalhos. O senhor Secretário leu a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 493/05**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 038/05, que cria, no Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, 23 (vinte e três) cargos de provimento em comissão, de Diretor de Unidade Sócio-Educativa, símbolo DAS-5. Relator Deputado **NEIVO BERALDIN**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **02) Projeto de Lei nº 620/05**, de autoria do Deputado CHICO NOROESTE, que cria o Programa Estadual de Bolsa de Estudo denominado Bolsa Universidade. Relator Deputado **NEIVO BERALDIN**. Parecer **CONTRÁRIO – APROVADO, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO TADEU VENERI**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

